



LEI ORDINÁRIA Nº 393

de 07 de dezembro de 2001

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício de 2002".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício financeiro de 2002, estima a receita e fixa a despesas em igual valor de R\$ 15.919.000,00 (quinze milhões e novecentos e dezenove mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DO TESOURO

1.1 RECEITAS CORRENTES

-Receita Tributária	R\$ 1.476.500,00
-Receita Patrimonial	R\$ 15.000,00
-Receita Industrial	R\$ 30.000,00
-Transferências Correntes	R\$ 12.884.400,00
-Outras Receitas Correntes	R\$ 315.000,00
TOTAL	R\$ 14.720.900,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

-Operação de Crédito	R\$ 0,00
-Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
-Amort. De Empréstimos	R\$ 0,00
-Transferências de Capital	R\$ 1.678.100,00
-Outras Receitas de Capital	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$ 1.758.100,00

TOTAL RECEITAS

1.3 REDUTORES	
-I . C . M . S .	R\$ 400.000,00
-F . P . M .	R\$ 157.500,00
- LEI KANDIR	R\$ 2.500,00
TOTAL REDUTORES	R\$ 560.000,00

TOTAL LIQUIDO	R\$ 15.919.000,00
----------------------	--------------------------

Art. 3º - A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 15.919.000,00 (quinze milhões e novecentos e dezenove mil reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 12.378.200,00 (doze milhões, trezentos e setenta e oito mil e duzentos reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 3.540.800,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil e oitocentos reais).

Art. 4º - A DESPESA será realizada de acordo com as especificações

constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA

DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA

-Despesas Correntes	R\$ 10.267.880,00
-Despesas de Capital	R\$ 5.638.100,00
-Reserva de Contingência	R\$ 13.020,00
TOTAL	R\$ 15.919.000,00

I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

-PODER LEGISLATIVO

01000 Câmara Municipal	R\$ 870.000,00
------------------------	----------------

II - PODER EXECUTIVO

1000 Gabinete do Prefeito	R\$ 483.500,00
2000 Sec. Municipal de Governo	R\$ 52.000,00
3000 Sec.Mun.deAdministração	R\$ 518.000,00
4000 Sec.Mun.de Obras, transp. e Serv Urba	R\$ 3.368.000,00
5000 Sec.Mun. de Educacao, Cultura e Esport	R\$ 4.605.500,00
6000 Sec.Mun. de Saúde	R\$ 2.959.900,00
7000 Secretaria Municipal de Ação Social	R\$ 1.649.080,00
8000 Sec.Mun.Desenv.Econ.Meio-Ambiente	R\$ 790.000,00
9000 Secretaria Mun de Finanças e Planejam	R\$ 610.000,00
9199 Reserva de Contingência	R\$ 13.020,00

TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS

DO TESOURO	R\$ 15.919.000,00
-------------------	--------------------------

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a III do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964;

II - realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do Art. 167 ambos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I - para atender despesas com pessoal e com encargos sociais;

II - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei;

III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 6º - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

Art. 7º - Ficam aprovadas, conforme especificações quadros anexos.

Art. 8º - As autorizações contidas nos artigos 5º e 6º desta Lei, são extensivas aos orçamentos dos FUNDOS.

Art. 9º - Esta LEI entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS, 07 de Dezembro de 2001.

JOÃO CARLOS KRUG Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 393/2001 - 07 de dezembro de 2001